

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Testes ainda definirão alta da mistura de biodiesel	2
Título: DP World planeja diversificar sua operação no Brasil	3
Título: Ministro diz que faltou investimento	5
Título: Curtas	7
Título: Distribuidora explora pouco a área de serviço, diz estudo	7
Título: Petrobras monta agenda para melhorar imagem no exterior	9
Título: Estados e municípios vão poder tributar, diz Guedes	13
Título: Bomba atômica de Eduardo Bolsonaro foge ao protocolo.....	14
Título: Organizadores tentam moderar pauta de atos	18
Título: Destaques	20
Autor: Por Marcos de Moura e Souza De Belo Horizonte	20
Título: Ibram pede mais prazo para eliminar barragens a montante	20
Título: Governo vai oferecer fatia maior de bônus da cessão onerosa	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	24
Título: Os provérbios da MP da Liberdade Econômica	24
Título: Venda da Braskem à Lyondell emperra e complica a situação da Odebrecht.....	27
Título: Receita reflete economia fraca.....	29
Título: À espera da lama.....	30
Autor: Idiana Tomazelli	32
Título: Programas com subsídios de R\$ 68,9 bi serão reavaliados	32
Título: EUA exigem fim de todos os voos para a Venezuela	36
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	37

Título: Petrobras questiona sindicato sobre preço do gás de cozinha	37
Título: Arrecadação bate recorde em abril, mas indica retração	37
Título: Bolsonaro diz que liberará usina em até 90 dias	39
Título: Grato	40
Título: Eletriza	41
Título: Com bloqueios, nova reitora da UFRJ prevê cortes em serviços	42
VEÍCULO: O Globo.....	44
Título: "Operação Delaware"	44
Autor: ANA PAULA RIBEIRO.....	44
Título: Guedes diz que reforma da Previdência deve ser aprovada em 60 dias	44

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Cristiano Zaia e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Testes ainda definirão alta da mistura de biodiesel

O ministro de Minas Energia, Bento Albuquerque, anunciou na quarta-feira que os testes para a implementação da mistura obrigatória de 11% de biodiesel no diesel fóssil no país deverão ser concluídos em julho. Não há data marcada para a efetiva adoção do novo percentual.

Segundo o cronograma do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o B11 está previsto para entrar em vigor em junho. Devido a testes com resultados negativos nos últimos meses, porém, a indústria automobilística recomendou que o aumento da mistura fosse adiado. O atraso incomodou os produtores de biodiesel, que ficarão com maior ociosidade caso o novo percentual não seja adotado no prazo previsto.

Agora, a expectativa das empresas do segmento é que o B11 seja oficializado em julho, mas há quem diga que o incremento poderá ficar para setembro.

"Construímos e viabilizamos agora as condições necessárias para a mistura B11. Sua implementação será feita após estudos de curta duração sobre aditivação do biodiesel no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Isso deverá ser concluído nos próximos dois meses", disse Albuquerque no lançamento da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel. A ministra Tereza Cristina, da Agricultura, também participou do evento.

O ministro explicou, ainda, que os testes científicos vêm sendo discutidos entre a Anfavea, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entidades da cadeia do biodiesel (Ubrabio, Aprobio e Abiove) e Sindipeças. De acordo com ele, os resultados dos estudos serão analisados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, a partir daí, a ANP poderá revisar a especificação do biodiesel com o objetivo de aumentar a estabilidade na mistura com o diesel e elevar a vida útil do combustível em todas as etapas de comercialização.

"Com o B11, vamos substituir diretamente 600 milhões de litros de diesel importado por biodiesel nacional, produzido a partir de matérias-primas cultivadas no país e com geração de investimento, emprego e renda no Brasil", afirmou o ministro.

Há 50 indústrias autorizadas a produzir o biocombustível no país, e em 2019 a oferta conjunta deverá alcançar 6 bilhões de litros. As indústrias lembram que foi definido um aumento de 1% ao ano no teor de mistura, previsto em 15% em 2023.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: DP World planeja diversificar sua operação no Brasil

A DP World, gigante de operações portuárias sediado em Dubai, planeja expandir sua atuação no Brasil com investimentos em outros segmentos, que podem ir desde operação logística até parques industriais, afirmou o presidente global da companhia, o sultão Ahmed Bin Sulayem, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

A empresa opera 80 terminais em 40 países. No Brasil, o grupo atua no porto de Santos, no terminal da antiga Embraport (hoje, DP World Santos). A companhia já era acionista desde 2009, mas passou a ter controle completo da operação no fim de 2017, quando adquiriu a fatia de 66,7% da Odebrecht no negócio.

Em viagem rápida ao Brasil durante esta semana, o executivo foi recebido por diversos ministros - Paulo Guedes (Economia), **Bento Albuquerque (Minas e**

Energia), Ernesto Araújo (Itamaraty), Santos Cruz (Secretaria de Governo) - além do próprio presidente Jair Bolsonaro.

As conversas deixaram o sultão extremamente otimista. "Conhecemos os ministros e estamos muito impressionados como são eficientes. Vimos um governo que está funcionando, que toma decisões e que dá clareza do que quer fazer. Quando isso acontece, é possível planejar", afirmou Bin Sulayem.

Se as perspectivas são positivas, os resultados seguem no vermelho. Em 2018, a DP World Santos aprofundou seu prejuízo, que subiu de R\$ 282,6 milhões no ano anterior para R\$ 373,9 milhões. O valor total dos financiamentos, que passaram por uma renegociação após saída da Odebrecht, aumentou de R\$ 1,9 bilhão, em 2017, para cerca de R\$ 2,2 bilhões no ano passado.

"O negócio não está bem, ainda está sofrendo. Mas estamos otimistas, temos capacidade de inverter o resultado, fizemos isso em diversos lugares do mundo", afirma o presidente.

"Nós decidimos ficar no Brasil quando todos nossos sócios queriam sair porque acreditamos no país. Estamos aqui com uma visão de longo prazo. Já vimos o pior. Hoje, não vejo nada além de oportunidades", diz ele.

Nem mesmo as projeções menos otimistas em relação à retomada da economia desanimam o executivo. "Não olhamos para isso, não olhamos para o que os jornais estão escrevendo. Nós sabemos bem do nosso negócio. Não fazemos um plano apenas porque lemos algo no jornal ou porque um analista escreveu algo. Eles não sabem tanto quanto nós. Sabemos o que está acontecendo no mundo e sabemos o que precisa ser feito no Brasil."

Em seu retorno à Dubai, Bin Sulayem afirma que o grupo irá "digerir e estudar" as oportunidades no país para, então, traçar um plano de expansão da operação brasileira, que poderá ir muito além da atuação no Porto de Santos, segundo ele.

"Os investimentos poderiam ser em outros setores, como em parques industriais, logística, armazenagem e distribuição, navegação local, transporte marítimo de curta distância. Poderia ser em qualquer parte do Brasil. Nós estaremos onde houver carga. Onde houver ineficiência no transporte queremos investir", afirma o executivo.

Após encontro com Bolsonaro, executivo diz que vê oportunidades no país e atual governo dá segurança ao investidor

Ele dá como exemplo operações que o grupo construiu em outros países, que poderiam servir como modelos. Um deles é a zona franca de Jebel Ali,

construída em Dubai em 1985 pela DP World e que abriga mais de 7.500 empresas. Outros casos mencionados são a operação de armazenagem e distribuição na República Dominicana e os investimentos em ferrovias na Índia.

"Teremos informações nos próximos meses. Vamos fazer um plano para o Brasil, que precisa ser bem avaliado. Há dois anos, acho que te diria 'não vou fazer nada no país'. Mas essas pessoas [membros do novo governo] são sérias, vão fazer uma mudança muito positiva", completa.

Uma das oportunidades no radar do grupo é a relicitação da área do terminal Libra, no Porto de Santos. O atual controlador está em recuperação judicial e deixará de operar o terminal de contêineres. O local, que poderá dar lugar à operação de outras cargas, como celulose, será levado a leilão em abril de 2020, segundo o calendário do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

"Vamos estudar. É um terminal muito próximo de nós", disse o presidente, sem dar detalhes.

A companhia também tem outros planos no Porto de Santos, como a diversificação das cargas movimentadas no terminal, hoje focado em contêineres. Desde 2017, quando foi firmado um contrato com a Suzano, estão sendo investidos R\$ 700 milhões em estruturas para a operação de celulose no terminal. O grupo, não revela o valor total de investimentos previstos nos próximos anos no porto.

A companhia também criou um braço de serviços rodoviários para transportar carga do terminal, em Santos, até seus clientes. A empresa, que passou a operar em janeiro deste ano, trabalha com frota terceirizada.

Para Bin Sulayem, a saída da Odebrecht trouxe vantagens operacionais à empresa. "Quando se tem outros sócios, não é tão fácil convencer a esperar, não pagar dividendos e investir. Temos uma visão de longo prazo no Brasil e, hoje, podemos tomar decisões mais facilmente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Ministro diz que faltou investimento

O **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse ontem que as mineradoras têm deixado de investir em sistemas mais modernos de monitoramento da segurança de barragens de rejeitos. "A tecnologia é fundamental, e ela está aí. Agora, a atividade econômica, às vezes, relega a tecnologia porque, no primeiro momento, parece que é mais barato utilizar tecnologias antigas, com o retorno econômico é maior", disse o ministro em audiência pública no Senado.

Albuquerque afirmou que a decisão empresarial de não adotar tecnologias mais modernas de monitoramento pode resultar em perdas econômicas e à imagem das empresas em caso de acidente. "Nós estamos vendo os prejuízos que a Vale está tendo, como outras já tiveram no passado e no presente, por renegar a tecnologia ao segundo plano", disse o ministro aos senadores da Comissão de Meio Ambiente.

Para o ministro Albuquerque, as últimas tragédias envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos têm provocado uma mudança de mentalidade. "Acredito que já há uma conscientização. É uma conscientização que tem que ser trabalhada para que isso faça parte da nossa cultura, porque o Brasil é o terceiro país em produção mineral do mundo, atrás apenas da Austrália e Canadá, e ainda com enorme potencial", afirmou.

Ao falar da importância da mineração para país, Albuquerque afirmou que o setor gera três milhões de empregos, diretos e indiretos, e representa 4% do PIB nacional. "Esses números não justificam a perda de uma vida humana sequer, mas eles têm que ser considerados também dentro dessa conjuntura que nós vivemos", disse.

A Comissão de Meio Ambiente marcou a audiência pública para o ministro apresentar as providências do governo em relação ao rompimento do talude (parede) da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), que poderá atingir a barragem Sul Superior. O complexo de mineração pertence à Vale.

"O monitoramento é diuturno e ininterrupto. Estão sendo monitorados de minuto a minuto, de segundo a segundo. As informações estão sendo passadas para aquelas pessoas que têm a responsabilidade e competência para adotar as medidas e ações necessárias para que não haja perdas de vidas humanas. É como é feito na questão de Barão de Cocais", disse Albuquerque, na audiência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/05/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Curtas**

PEC da cessão onerosa

O ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**, assegurou que o governo vai realizar o megaleilão de venda do óleo excedente ao volume de 5 bilhões de barris do contrato da cessão onerosa - firmado com a Petrobras, em 2010 -, mesmo havendo incertezas sobre a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que viabiliza o pagamento acertado com a estatal na revisão do acordo. O leilão está previsto para 28 de outubro. No dia anterior, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, havia informado que o governo pretende enviar a PEC ao Congresso, não só para pagar R\$ 33,6 bilhões à Petrobras, mas também para repassar cerca de R\$ 6 bilhões prometidos a Estados. O dinheiro virá do montante de R\$ 106 bilhões que será cobrado como bônus de assinatura das grandes petroleiras estrangeiras que vencerem a disputa.

Leilões de óleo e gás

O presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou "há espaço" para o adiamento para o ano que vem de pelo menos um dos três grandes leilões de petróleo previstos para o segundo semestre deste ano. "Três leilões no mesmo semestre podem sobrecarregar os técnicos das empresas privadas", disse Oddone. Em sua avaliação, mais tempo de análise dos negócios traria maior competitividade às disputas. Outro aspecto é o acúmulo de tarefas dentro do órgão regulador, responsável pelo trâmite dos processos licitatórios. Décio disse que, chamado a opinar, indicaria a postergação da 16ª rodada de concessão de áreas do pré-sal, a princípio marcada para o dia 10 de outubro. "O mais improvável de escorregar para o ano que vem é o da cessão onerosa."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Distribuidora explora pouco a área de serviço, diz estudo**

O negócio de prestação de serviços de energia tem potencial para aumentar a geração de valor de empresas elétricas, principalmente da área de distribuição.

No Brasil, porém, complexidades e incertezas regulatórias dificultam o crescimento mais acelerado desse mercado. A constatação faz parte de estudo concluído no último mês pela consultoria alemã Roland Berger.

De acordo com o levantamento da consultoria, o mercado de serviços de energia (geração distribuída, eficiência energética, mobilidade urbana e até parcerias para comercialização e cobrança de produtos bancários e seguros) na Europa tem se mostrado altamente atrativo, com taxa de crescimento de 8% ao ano e alta rentabilidade. A projeção da Roland Berger é que o volume de negócios nesse segmento alcance receita de € 50 bilhões em 2025.

No Brasil, esse mercado representa em torno de 3% a 5% da receita das empresas. Isso seria algo entre R\$ 6,2 bilhões e R\$ 10,5 bilhões, considerando faturamento anual de cerca de R\$ 205 bilhões do setor de distribuição brasileiro, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Hoje é um mercado bem pequeno [no Brasil]", disse Daniel Martins, responsável pelo estudo da Roland Berger. "Ainda que, na Europa, os serviços não sejam a principal fonte de receita das empresas do setor elétrico, a relevância deles é maior do que no Brasil. E, pelas margens que esse tipo de mercado traz, ele de fato tem uma importância em termos de retorno econômico", afirmou.

Segundo Martins, o ponto principal é a necessidade de um ambiente regulatório estável que garanta previsibilidade e clareza das regras pelas próximas décadas, dando segurança para os investidores. Por outro lado, sem uma visão clara de como os investimentos serão remunerados no futuro, o risco para as empresas é que esses investimentos não se paguem.

Uma questão importante é como remunerar os investimentos em novas tecnologias, como medidores eletrônicos, por exemplo. A Aneel vive um dilema entre remunerar investimentos do tipo sem, ao mesmo tempo, onerar demais o consumidor. Esse ponto ganha relevância quando se leva em consideração a baixa renda per capita do Brasil, em relação à Europa.

"A discussão hoje, do ponto de vista regulatório, é sobre quem vai pagar essa conta e como os benefícios serão compartilhados", disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Thiago Barral, em evento promovido este mês pela "epbr", agência de notícias especializada no setor de óleo e gás e em política energética e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), no Rio.

Essas incertezas, porém, destacou Martins, não podem ser motivo para que as empresas não estudem investimentos na área de serviços no Brasil. Segundo

ele, esse é um mercado potencial. "Essa fonte adicional de receita em serviços será necessária no futuro do setor elétrico. As empresas devem colocar um pé nesse mercado desde cedo, para depois não ficarem de fora do jogo", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Petrobras monta agenda para melhorar imagem no exterior

Após sofrer perdas e penalidades de mais de R\$ 21 bilhões por causa de irregularidades constatadas pela Operação Lava Jato, a Petrobras realiza agora uma agenda internacional com a mensagem de que "a casa está em ordem" contra a corrupção.

A companhia procura se reintegrar a iniciativas globais, o que ajuda a recuperar a reputação. Nesta semana, pela primeira vez desde o auge da Lava Jato, ela participou de encontro, ainda como observador, da Partnering Against Corruption Initiative (PACI), um programa anti-suborno promovido pelo Fórum Econômico Mundial reunindo as maiores empresas do mundo.

"A casa está em ordem", disse o diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Rafael Gomes, em entrevista ao **Valor**, referindo-se ao reforço do "compliance" (conformidade com leis e regulamentos) para prevenir, detectar com mais sucesso e remediar casos de corrupção.

"Qualquer empresa do tamanho da Petrobras, com 47.500 funcionários e mais de R\$ 300 bilhões de receita por ano, corre risco de um grau de desvio, mas da magnitude da Lava Jato não haverá". Ele diz esperar que, com as medidas adotadas, "se alguém fizer uma coisa errada, não passe despercebido".

"As respostas da Petrobras [ao escândalo da Lava Jato] tornam a empresa mais segura, em quem o mercado tende a confiar mais", acrescenta. "Infelizmente, a velocidade com que se perde reputação não é a mesma para recuperá-la".

A Transparência Internacional (TI), organização não governamental que promove medidas contra crimes corporativos e corrupção política, tem postura prudente. Até porque não avalia as práticas de compliance e sim o que as empresas divulgam ao mercado.

"Da mesma forma como outras empresas envolvidas na Lava Jato tiveram que adotar compliance de integridade, seja porque o mercado exigiu seja porque elas assumiram essas obrigações em acordos de leniência, a Petrobras vem divulgando que adotou práticas de integridade", diz Guilherme Donega, da TI. "Se isso vai se materializar, o tempo vai dizer."

No rastro da delação de Paulo Roberto Costa, em setembro de 2014, a Operação Lava Jato aprofundou a investigação sobre a empresa. No exterior, um procurador americano, Brian Benczkowski, acusou ex-executivos e membros do conselho de administração de terem "facilitado o pagamento de centenas de milhões de dólares em suborno para políticos brasileiros e partidos políticos e depois manipularam os balanços para esconder de investidores e reguladores esses pagamentos".

A Petrobras teve de fazer baixa contábil de R\$ 6 bilhões. O esquema da Lava Jato implicava sobrepreço. Um valor registrado como investimento de capital na verdade não ocorreu integralmente porque foi desviado.

Em seguida, a companhia sofreu penalidade de US\$ 853 milhões (R\$ 3,44 bilhões pelo câmbio atual) por acordo com a Justiça americana para por fim ao litígio nos EUA. E pagou US\$ 2,9 bilhões (R\$ 11,7 bilhões) para encerrar ação coletiva nos EUA com investidores estrangeiros.

"Mas tem outras coisas que não dá para calcular o prejuízo exato com imagem e reputação", afirma Rafael Gomes.

Ele relata que um comitê de investigação na empresa fez 82 recomendações para aperfeiçoamento no processo de compra, controle de investimento de capital, seleção de executivos etc. O nível de cuidado nas contratações, due diligence de integridade, por exemplo, é bem mais intenso, diz o executivo.

Empresa tem agora 443 funcionários na diretoria de Conformidade para prevenir irregularidades

Uma diferença entre antes e depois da Lava Jato, segundo Rafael Gomes, é também o reforço da equipe de monitoramento na companhia. A Petrobras tem agora 443 funcionários na diretoria de Conformidade para prevenir irregularidades. É o dobro de dois anos atrás - antes, uma empresa privada ajudava nesse trabalho.

A decisão sobre investimento e despesas não é tomada isoladamente. A companhia diz que também abriu canal externo para receber denúncias,

garantindo anonimato, não retaliação e tomar as medidas contra potencial irregularidade.

Entre 2015 e 2018, a apuração de casos que podem variar de favorecimento a conflito de interesse, nepotismo, direcionamento de contratações, fraude, resultou em 300 sanções disciplinares, desde suspensão leve a até demissão.

A Petrobras acompanha a evolução tecnológica que ajuda a identificar padrões de comportamento indicando que vai ser cometida uma fraude. Mas o executivo ressalva que algumas adotadas por certos bancos são muito evasivas. "Um profissional íntegro não quer trabalhar com câmera de vigilância, detector de mentira, alguém olhando na pupila para ver se ela está dilatada e com adrenalina para praticar fraude. Prefere trabalhar num ambiente com base em confiança."

Atualmente, a companhia trabalha com um especialista da Wharton School (EUA) para avaliar prática de cartel contra a companhia. Através de determinados comportamentos e tendências de fornecedores, quer identificar como estabelecem os preços.

No ano passado, a Petrobras liderou um Pacto de Integridade da indústria de óleo e gás no Brasil, que reúne atualmente 14 companhias, como Shell, BP, Total, Equinor e Repsol. "Inclui compromisso de não participar em corrupção, ter tolerância zero sobre suborno, adotar medidas para prevenção e detecção", diz Rafael Gomes. Ele insiste que não é marketing, e quem não cumprir vai ser cobrado fortemente.

Com a "casa arrumada", a Petrobras passou então a operar uma agenda internacional desde o segundo semestre de 2018. Rafael Gomes tem mostrado no exterior iniciativas anti-corrupção e trocado experiência com outras companhias e organismos internacionais.

Menciona reuniões bilaterais com pares na área de Compliance em Doha, Singapura, Kuala Lumpur, Hong Kong e Argentina. Em outubro passado, participou de conferência anti-corrupção organizada pela Transparência Internacional. Em março, a Petrobras foi convidada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para encontro com outras estatais no Fórum Global de Anti-Corrupção e Integridade, em Paris. Saiu com o convite da OCDE e do CAF (banco latino-americano) para explicar seu programa a um grupo de empresas latino-americanas em Lima, no Peru, em junho.

"Há cinco anos, a constatação era de que Petrobras tinha muitas coisas para fazer. Agora, estamos no mesmo nível nos programas de compliance de outras grandes companhias ou avançamos mais que elas", diz Rafael Gomes.

A Petrobras pavimenta o terreno também para voltar à iniciativa anti-corrupção do Fórum Econômico Mundial. A participação da companhia nessa iniciativa não foi renovada, em comum acordo, segundo a empresa, no momento da revelação dos escândalos da Lava Jato, depois de 2015.

Nesta semana, após participar de novo de um encontro, a Petrobras deixou claro que pretende voltar ao PACI e deve submeter sua solicitação em breve.

De seu lado, o Fórum informa que a companhia brasileira participou como observadora e entende que "ela está no processo de melhorar sua abordagem para melhorar o 'compliance', promover mais efetivamente a integridade e combater a corrupção".

O Fórum nota que, como é o caso de qualquer outra empresa interessada em aderir, o CEO de Petrobras terá que assinar um compromisso com os Princípios da PACI. Em seguida, sua solicitação será examinada e, finalmente, submetida à aprovação da Comunidade PACI. Diante disso, "não podemos responder imediatamente se, sim ou não, eles seriam admitidos neste momento".

O plano de Petrobras é de ter protagonismo e disseminar melhores práticas anti-corrupção a nível internacional. A companhia vai organizar a World Compliance Conference na primeira semana de dezembro no Rio de Janeiro, juntamente com o Instituto Brasileiro de Petróleo.

Essa conferência anti-corrupção deve trazer tanto a indústria de óleo e gás como também as indústrias farmacêutica, de alimentos, varejo, infraestrutura e construção civil, energia elétrica, transporte marítimo. A expectativa é de contar com mais de 300 empresas e 1.200 participantes.

O encontro deve debater casos emblemáticos de corrupção, como os que envolveram a própria Petrobras, JBS, Siemens e Volkswagen. "A ideia é ver as lições aprendidas e o que ajuda outras companhias". Também haverá foco em riscos específicos por setor.

Rafael Gomes mostra-se satisfeito com o que a Petrobras implementou até agora no combate à corrupção. Mas reconhece que essa é uma ação "que precisa ser constantemente aperfeiçoada".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Leila Souza Lima e Hugo Passarelli | De São Paulo****Título: Estados e municípios vão poder tributar, diz Guedes**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, na solenidade de posse da nova presidência na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que a reforma tributária está a caminho, mas a simplificação de impostos não vai tirar o direito de entes municipais e estaduais a tributar.

"A reforma vai andar, com redução de impostos, e vamos simplificar tributos federais, o que não tira o direito de Estados e municípios de tributar", afirmou ele na posse de Alfredo Cotait Neto à frente da ACSP.

O ministro da Economia disse que o fato de todos estarem apertados (municípios e Estados) demonstra que o Brasil está num "grande buraco fiscal". "Prefeitos e governadores estão na beira [de um precipício]. E ministros estão começando a ficar."

Guedes disse que há consenso entre a classe política de que é importante aprovar a reforma da Previdência. "Acredito que será uma reforma interessante, e que em 60, 90 dias isso já terá passado, pois estamos num momento dramático", frisou ele, que voltou a falar da intenção de quebrar o monopólio na produção de gás. "E também na distribuição."

O ministro disse compreender que as expectativas para o crescimento da economia neste ano estejam sendo reduzidas na medida em que o mercado financeiro vê dificuldades na tramitação da reforma da Previdência. Mas em seu discurso procurou traçar um horizonte positivo com o cenário ficando mais claro. "Daqui a três meses, as expectativas para o PIB vão voltar [a subir]."

"Todo dia tem barulho, mas não deixem se levar por esses sinais", observou. Guedes voltou a citar o Chile como exemplo de país que fez reforma da Previdência, adotou uma política econômica liberal e, com isso, conseguiu aumentar sua renda per capita. "Acredito que vamos implementar uma reforma da Previdência com a devida potência fiscal", disse o ministro.

Guedes também comemorou a confirmação de que os Estados Unidos vão apoiar a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Estamos indo para a primeira divisão", afirmou, acrescentando que seus secretários têm metas para melhorar o ambiente de negócios e desburocratizar o país.

De acordo com ele, porém, essa aproximação com os EUA não significa um alinhamento automático em todas as questões. "Se os EUA estão nesse conflito com a China, não temos nada a ver com isso", ponderou.

Defendendo a guinada da política econômica para o campo liberal, Guedes disse que o Brasil foi "salvo do caminho da Venezuela, mas que ainda não está salvo do caminho da Argentina".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Cultura e estilo

Autor: Maria Cristina Fernandes | De São Paulo

Título: Bomba atômica de Eduardo Bolsonaro foge ao protocolo

Em outubro de 2009, num seminário sobre a revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), um diplomata belga citou a defesa da bomba atômica brasileira, feita pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, como escada para a tese de que a vocação pacifista do Brasil ainda não gozava da confiança da comunidade internacional. Indignou diplomatas brasileiros presentes com a pressão, repudiada como indevida.

Dez anos depois, o deputado que provocou a altercação tornou-se presidente da República e não tocou mais no assunto. Mas Eduardo Bolsonaro, deputado federal mais votado do país e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, voltou ao tema em palestra na Escola Superior de Guerra.

"Se tivéssemos [a bomba], talvez fôssemos mais temidos pelo [Nicolás] Maduro, pela China ou pela Rússia. São bombas nucleares que garantem a paz", concluiu o filho 03, dizendo que o tema havia saído de pauta mas poderia voltar. "Terrorista e ditador sanguinário só respeitam a força."

Militares receberam a declaração como uma gota a mais no pote até aqui de asneiras da prole bolsonarista. E diplomatas, como uma ingerência a mais de um deputado que aposta em sobreviver ao pai como liderança da direita no continente. O que ninguém entendeu é como um parlamentar tão alinhado com os Estados Unidos, que têm a inexistência de outra potência nuclear no continente como cláusula pétrea de sua diplomacia, sustentou tamanha aleivosia.

Eduardo nunca escondeu seus vínculos com radicais da direita internacional, como o ex-marqueteiro de Donald Trump Steve Bannon. Mas tem acesso ao primeiro-ministro húngaro, Viktor Órban, e ao vice-primeiro ministro italiano, Matteo Salvini, que já o receberam em seu gabinete, além do presidente americano, de cujo encontro com o pai na Casa Branca, foi a única testemunha.

Como tudo no governo Bolsonaro, a reprise do enredo da bomba tem sinais trocados. Acontece num momento de renovada pressão para que o Brasil assine o protocolo adicional do TNP. Quando foi estabelecido, há 50 anos, o tratado veio assentado num tripé: a não proliferação de armas nucleares, a cooperação pacífica para a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos e a destruição das armas existentes. Os dois últimos ficaram no papel e o primeiro é um copo meio cheio ou meio vazio, dependendo do gosto do freguês.

Quando o TNP foi assinado, eram cinco os países detentores da bomba (EUA, China, Rússia, Reino Unido e França). Hoje são nove (mais Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel), argumentam os críticos, mas poderiam ser 21, retrucam os mais moderados.

Todos os governos da ditadura resistiram a assinar o TNP por considerá-lo afronta à soberania nacional. Meses antes, o Brasil aderira ao Tratado de Tlatelolco, que vetava uso bélico da energia nuclear e serviria de resistência latino-americana ao tratado patrocinado pelas potências nucleares.

Data dessa época o relato, ao ex-chanceler Celso Amorim, do diálogo entre o principal negociador brasileiro, Ovídio Melo, já falecido, e um diplomata do Departamento de Estado americano. "Até quando o Brasil vai brincar de filho que desafia o pai? Saibam que se o filho sair de casa não vai poder voltar." Com a redemocratização, o compromisso pacifista foi selado na Constituição, mas não segurou a pressão. O TNP acabaria por ser assinado no governo Fernando Henrique Cardoso.

As pressões pelo protocolo adicional cresceriam com as tensões entre o Irã e os EUA. Apesar de nunca ter sido provado que os iranianos tinham capacidade de desenvolver armas nucleares, o estabelecimento de um programa secreto foi combustível bastante para fazer crescer a pressão por um protocolo adicional que garantisse inspeções mais amplas e transparentes.

Mais recentemente, para fazer frente à pressão, o governo Michel Temer, que tinha no ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general Sérgio Etchegoyen, uma das principais barreiras ao protocolo adicional, levou à frente o Tratado para Proibição de Armas Nucleares e dele foi o primeiro signatário, sendo seguido por 42 países. Ao contrário do TNP, o acordo não comporta exceções, nem esperanças de vir a ter a adesão das grandes potências nucleares. A resistência não foi vencida no governo Bolsonaro, mas a discussão já entrou na Marinha e no Itamaraty.

Todo o quiproquó gira em torno do futuro do submarino a propulsão nuclear. Principal projeto das Forças Armadas, o projeto começou no governo João

Figueiredo. Isolado pelos EUA, o Brasil partiu para a tecnologia própria e, em 1988, concluiu o ciclo de enriquecimento de urânio.

Hibernou por 20 anos e foi retomado no governo Luiz Inácio Lula da Silva, sob o argumento, reforçado pelo pré-sal, de que, a patrulha da área que os militares chamam de Amazônia Azul, precisaria de um submarino com autonomia para percorrer a costa submerso sem reabastecimento - "É um celular que não precisa recarregar", resume um almirante.

Nesse mercado, ninguém transfere tecnologia, mas em 2008 o Brasil fechou acordo com a França para o desenvolvimento do casco. O reator é 100% nacional. O objetivo é partir dos 20% de nacionalização, do primeiro submarino convencional lançado ao no ano passado, o Riachuelo, para os 85% do modelo a propulsão nuclear em 2029, quando o projeto, se cumprido o cronograma - e o orçamento de R\$ 35 bilhões -, estaria concluído. A Marinha tem ojeriza à idéia de receber um submarino pronto e acabado, como o fez a Índia. É o primeiro passo, como diz o almirantado, para destruir o projeto nacional.

O país não produz urânio enriquecido em quantidade suficiente nem para atender às usinas de Angra I e II. Enfrenta vetos ambientais para explorar as minas do país, na Bahia e em Minas Gerais, e orçamentários para construir uma terceira usina. Fez, no entanto, duas vendas de urânio para a Argentina no ano passado, 30 anos depois de conseguir enriquecê-lo.

Em 2015, o projeto enfrentou um baque com a prisão do almirante da reserva Othon Silva, ex-presidente da Eletronuclear e entusiasta da nacionalização do submarino. O alarme não varreu a corrupção do projeto. Para entrar no mercado americano, uma empresa austríaca (MAB) teve que fazer uma leniência em que acabou confessando suborno a um engenheiro brasileiro (Renato Del Bozzo) da Amazul, empresa criada para desenvolver as tecnologias do programa nuclear brasileiro. Com a prisão de Del Bozzo no início deste ano, o Centro Tecnológico da Marinha, com sede encravada na Cidade Universitária da USP, criou um núcleo de compliance para melhor filtrar os contratos. Os principais responsáveis pelo projeto mantêm escolta permanente.

A estratégia para viabilizar o submarino passa pelo desenvolvimento de usos comerciais da energia nuclear, na medicina e na indústria. Esses usos gerariam demanda suficiente para justificar o aumento da produção de urânio enriquecido. No mês passado, a Eletronuclear lançou consulta para Angra III, um investimento que pode chegar a R\$ 10 bilhões, e tem russos e chineses como os maiores interessados.

O projeto enfrenta as restrições orçamentárias da Defesa. O almirante de esquadra, Marcos Olsen, diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e

Tecnológico da Marinha, informa que o orçamento do submarino de propulsão nuclear foi reduzido de R\$ 549 milhões este ano para R\$ 403 milhões, um recuo de 27%, menor do que os 44% de contingenciamento imposto ao orçamento total da Defesa. Na gestão do projeto, a maior preocupação são as multas decorrentes de não cumprimento de contratos internacionais.

O protocolo ainda divide a Marinha. Seus críticos taxam de ilusória a crença num acesso facilitado a equipamentos de ponta e temem que as exigências de transparência exponham em excesso a tecnologia autóctone já desenvolvida. O front diplomático trata a discussão do protocolo como uma maneira de mostrar o Brasil aberto ao tema sem descartá-lo ou demonstrar avanço concreto ao seu endosso.

Seus defensores apoiam-se no argumento de que o submarino avançaria com menos percalços por desarmar desconfianças internacionais em relação a um país que desenvolve aquela que é considerada a arma mais letal do mundo, mas o faz para fins pacíficos. Argui-se, ainda, que o Brasil já chegou num ponto de não retorno no projeto, e que os segredos tecnológicos podem ser resguardados nos anexos, com cláusulas que incluem, por exemplo, a velocidade dos passos com a qual os inspetores podem passar pelos equipamentos.

Interlocutor dos almirantes envolvidos no projeto, o professor de relações internacionais da FGV Matias Spektor não vê ganhos materiais, mas políticos, com a assinatura do protocolo, por denotar a transparência de primeiro país do mundo, sem armas atômicas, a fazer um submarino de propulsão nuclear.

Em artigo publicado pela Bloomberg, em março, o almirante aposentado James Stavridis, ex-comandante na Otan, criticou o aceno de Trump à entrada do Brasil no bloco com o argumento de que o país não demonstrava adesão suficiente à ordem mundial preconizada pelo bloco. Para responder a esse tipo de ponderação, embaixadores mais abertos ao protocolo adicional sustentam que, à ideia de um submarino como garantia para a Amazônia Azul, deveria estar contraposta aquela de que o equipamento torna o país um ator mais relevante para a segurança mundial.

A dúvida que permanece é como negociar com os americanos, falcões dessa governança global, num momento de desalinho dos militares brasileiros com um comandante-em-chefe das Forças Armadas que, em muitos momentos, demonstra mais afinidade com as alas mais radicais da política externa americana, do que com o Itamaraty ou com seus comandantes militares.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Política

Autor: Carolina Freitas | De São Paulo

Título: Organizadores tentam moderar pauta de atos

Apoiadores de Jair Bolsonaro prometem ir às ruas em 183 cidades brasileiras neste domingo para mostrar fidelidade ao presidente da República. Após sucessivas derrotas no Congresso, pela falta de uma base aliada e de interlocução com os líderes dos partidos de centro, Bolsonaro sugeriu e a militância escutou a ordem de uma manifestação de rua. O alvo preferencial dos bolsonaristas é o Congresso Nacional e o centrão. Na retórica dos grupos difusos que articulam o movimento via redes sociais, os parlamentares são um entrave aos projetos do governo, que ajudariam no crescimento do Brasil.

"O presidente está amarrado por não alimentar conchavos com o Congresso. E acho que ele não tem que alimentar mesmo. Nisso estou com o presidente e não abro. Os deputados já ganham salário, eles têm que fazer o trabalho deles e acabou", afirma Wanderlei Alves, o Dedeco, uma das principais lideranças dos caminhoneiros. A categoria deu prova de força no ano passado ao paralisar o país com uma greve de dez dias. Para evitar uma nova paralisação, o governo Bolsonaro abriu uma linha direta dos líderes dos caminhoneiros com o Planalto. Surtiu efeito.

"No início eu era contra o presidente, por coisa pessoal minha", diz Dedeco.

"Mas ele foi eleito democraticamente e notei por parte dos ministros muita boa vontade para nos ouvir. Com o tempo eu percebi que a culpa do que não andava era do Congresso."

Ainda assim, o caminhoneiro diz ser contrário a incluir na pauta do ato de domingo pedidos para fechar o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal (STF). Os temas foram levantados logo no início das articulações, via internet, e ainda aparecem pontualmente, ao lado de um clamor por intervenção militar, expresso pela hashtag "art142". A preocupação de Dedeco, diz ele, é com a economia. "Não adianta brigar pela classe e o Brasil não crescer. Se o Brasil não cresce, não tem carga para a gente carregar", diz.

Os caminhoneiros estão organizados para apoiar os atos de domingo em pelo menos quatro Estados: São Paulo, Paraná, Pernambuco e Paraíba. A articulação está avançada também no Rio Grande do Sul.

O plano é levar os caminhões até os locais dos atos, decorados com faixas, dar uma volta em carreata e depois estacionar os veículos nas proximidades e seguir a pé, ao lado dos demais manifestantes. Dedeco vai participar do ato em Curitiba, na Boca Maldita. Segundo ele, mais de 100 caminhões devem estar nas ruas na capital paranaense.

Wallace Landim, o Chorão, que lidera caminhoneiros nas cercanias de Brasília e tem influência nacional na categoria, disse que seu grupo optou por ficar independente em relação aos atos pró-presidente. "Não se sabe o dia de amanhã", justifica.

Chorão, porém, "como cidadão" vai à manifestação. "Falo por mim. Não vou estar à frente de nenhum movimento perante a categoria."

As articulações para os atos de domingo começaram tímidas, na sexta-feira passada, em sites pequenos. Dias antes, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) publicou mensagem no Twitter em que afirmava que a não aprovação da Medida Provisória que reestruturava os ministérios (MP 870) poderia "derrubar o capitão eleito". De Dallas, nos Estados Unidos, Bolsonaro disse que não aceitaria ser um "presidente vaselina": "O que vai acontecer comigo? O povo que decida, o Parlamento que decida." Em seguida, o presidente divulgaria via WhatsApp um texto que dizia que o país era "ingovernável" sem "conchavos".

Monitoramento encomendado pelo **Valor** à consultoria .MAP mostra que o debate nas redes sociais sobre as manifestações de apoio a Bolsonaro cresceu dia-a-dia ao longo da semana. No período, o assunto representou 9% de tudo o que se falou nas redes sociais. A análise mostra ainda que partidos de oposição ao governo Bolsonaro e militantes de esquerda optaram por não se engajar na discussão sobre os atos pró-presidente. A.MAP identificou que as convocações para as manifestações sugeriram como pano de fundo para publicações sobre a reforma da Previdência e a reforma administrativa.

A decisão do presidente de não ir aos atos, porém, anunciada na terça-feira, fez cair a repercussão do assunto na internet. Outro fator que contribuiu com a queda do assunto nas redes foi a votação, na quarta-feira, da MP 807 - ainda que não da forma como os governistas pretendiam.

O PSL decidiu não apoiar formalmente os protestos, mas lideranças do partido atuaram ativamente para chamar a população às ruas, como a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). A voz dissonante foi a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP), que foi alvo durante toda a semana de posts ofensivos do guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho. "Os que se opõem ao movimento do dia 26 em nome da normalidade democrática são analfabetos", afirmou ontem o escritor no Facebook. Grupos de direita que se consolidaram durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT), o Movimento Brasil Livre (MBL) e o VemPraRua decidiram se manter fora das manifestações. Argumentaram que as pautas dos atos relacionados ao fechamento do Congresso e do Judiciário eram anti-democráticas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/05/2019****Seção: Empress****Autor:****Título: Destaques**

Minério cai 1,9%

O minério de ferro devolveu parte dos ganhos apurados nos últimos seis dias de altas consecutivas e encerrou a sessão de ontem em queda no mercado transoceânico. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 1,9%, a US\$ 103,79. Com a queda de ontem, o minério acumula alta de 10,2% em maio e de 42,71% em 2019.

Energia eólica no mar

A joint venture lançada pela EDP Renováveis e a Engie para atuar em energia eólica offshore tem como objetivo ser a terceira maior do mundo no segmento até 2025, disse António Mexia, presidente da companhia portuguesa, em entrevista ao **Valor** por e-mail. O Brasil, contudo, não está nos planos dos investimentos, uma vez que o foco em é projetos eólicos offshore.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Por Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte****Título: Ibram pede mais prazo para eliminar barragens a montante**

Mineradoras dificilmente conseguirão cumprir prazos estabelecidos pelo governo de Minas Gerais e pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para porem fim às barragens de rejeito construídas com o método a montante.

A afirmação foi feita ontem pelo presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer. O Ibram é a entidade que representa o setor de mineração; seus conselheiros são diretores das mineradoras.

"Nós não estamos discutindo descumprir as novas regras, mas esses prazos foram estabelecidos em meio a um clima de comoção", disse ele em entrevista ao **Valor**, em Belo Horizonte. "Não acredito que vá ser possível cumprir os prazos que estão aí." Brumer não questiona o teor das determinações. A questão é o tempo. "Tem que ser feito, mas com diálogo."

O método de construção a montante de barragens é visto como mais suscetível a rompimentos do que o método de construção a jusante.

As barragens de rejeito de minério de ferro que desmoronaram em novembro de 2015 e em janeiro deste ano eram barragens a montante. A primeira pertencia à mineradora Samarco (empresa da Vale e da BHP Billiton) e a segunda, à Vale. As duas tragédias ocorreram em Minas.

Depois de Brumadinho, a reação do governo mineiro foi decretar que todas as barragens a montante no Estado deverão ser desfeitas. A ANM adotou logo depois decisão semelhante que passou a valer para todo o país. Minas deu um prazo de três anos e a ANM, de até quatro anos.

Brumer assumiu a presidência do conselho do Ibram após a tragédia de janeiro. Como porta-voz da entidade, ele diz que um dos desafios centrais do setor é restaurar sua reputação perante a sociedade e até mesmo perante investidores.

Quase quatro meses do desastre de Brumadinho - que deixou 241 mortos e 29 desaparecidos -, Brumer diz: "O que aconteceu não pode ser esquecido". Mas em seguida afirma que a preocupação do Ibram é que, em razão da tragédia, o setor seja alvo de penalizações que acabem por dificultar a atividade mineratória no país.

Brumer diz que além dos prazos em relação às barragens a montante, as empresas estão em alerta em relação a discussões no Congresso sobre aumento no valor dos royalties cobrados da mineração e sobre a possibilidade de revisão da Lei Kandir, que beneficia as exportações.

"Outra preocupação é a ideia que tem sido defendida de mineração a seco", diz ele, referindo-se ao modelo de operação que dispensa barragens. O rejeito

passa a ser empilhado, seco. "Esse não é necessariamente o modelo adequado para todo o tipo de mineração".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/05/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Governo vai oferecer fatia maior de bônus da cessão onerosa

A equipe econômica do governo avalia propor aos Estados o repasse de uma fatia maior do bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão onerosa, estimado em R\$ 106,561 bilhões. Em troca, os Estados deverão desistir de uma série de ações judiciais movidas contra a União, em especial relativas a repasses por conta da Lei Kandir.

É o que diz ao **Valor** o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). "O governo quer aproveitar a cessão onerosa para resolver outras pendências em uma tacada só. Existe a disposição do governo de negociar uma maior transferência desses recursos da cessão onerosa, mas não se pode fazer isso e manter o passado judicializado. É isto que está sendo discutido", conta.

O governo deve apresentar a proposta, relata, em 15 dias. A intenção é que, contemplando os Estados, o Poder Legislativo dê autorização até 30 de junho para que se viabilize o leilão da cessão onerosa do pré-sal em outubro. "O Ministério da Economia está em discussões com as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado para que a matéria possa tramitar rápido".

Feito o acordo, diz Bezerra, é possível até que o percentual destinado aos Estados supere os 30% previstos anteriormente. O Congresso também terá de dar aval a uma mudança na regra de tetos de gastos para que se possa realizar o repasse à Petrobras e aos entes federativos. "Precisa aprovar uma lei complementar para que os recursos a serem transferidos via Fundos de Participação de estados e municípios [FPE e FPM] possam ser repassados sem comprometer a política do teto do gasto público".

Em seu gabinete no Senado, Bezerra avaliou o momento turbulento do governo. Ministro da Integração Nacional no governo da ex-presidente Dilma Rousseff e conhecido como hábil articulador, o emedebista diz que não é momento de esticar a corda, mas de o presidente Jair Bolsonaro e integrantes do Palácio do Planalto estreitarem os laços com a classe política.

"A saída é mais moderação, mais paciência. O governo vai ter que cada vez mais se esforçar para contar com a confiança das lideranças do Congresso para as pautas importantes. A democracia direta via rede social é uma utopia", aponta. A aposta no acirramento, fiando-se na força popular do presidente - que será testada nos protestos marcados para domingo - é um erro, avalia Bezerra. "O governo precisa insistir no caminho da política. Precisamos perseverar nisso porque esse é o canal para o diálogo com o Congresso. É preciso compreender como funciona a democracia representativa".

O senador acredita que ainda é possível, na votação do Senado na terça-feira, retornar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao guarda-chuva do Ministério da Justiça, comandado por Sergio Moro. Já a recriação dos ministérios das Cidades e Integração, diz, é passado. "A criação dos dois ministérios é uma página virada. Chegou a ser apoiada pelas lideranças partidárias e pelo governo. Mas com as críticas que surgiram, não seguiu adiante", lamenta. O próprio Bezerra era cotado para comandar uma das pastas.

Já a proposta para limitar a atuação dos auditores da Receita Federal - apelidada pelo líder do PSL, Major Olímpio (SP), de "emenda Gilmar Mendes", em referência ao ministro do Supremo Tribunal Federal, que foi alvo de investigação do órgão - voltará à discussão, possivelmente entrando na proposta sobre abuso de autoridade, adianta. "Existem questões relativas ao abuso de autoridade e a ideia é, além de tratar do abuso, incluir também os auditores". Ele nega qualquer influência do ministro na questão. "Nenhuma. A proposta foi trazida pelo Eduardo Braga (MDB-AM). Foi apoiada por diversos seguimentos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)".

Sobre a medida provisória que liberou o capital estrangeiro para as companhias aéreas, Bezerra afirma que não há decisão do Palácio sobre vetar ou não a volta de franquia de bagagens. Mas que aconselhará Bolsonaro a manter a medida, sob risco de depois ser derrotado pelo Congresso. "Se for para sugerir algo ao presidente, diria que as votações pela volta da franquia de bagagem foram muito expressivas tanto na Câmara quanto no Senado. Caso o governo decida pelo veto, terá de trabalhar muito. Aqui no Congresso o sentimento está muito contra a cobrança de bagagem".

Menos otimista que outros integrantes do governo, o líder no Senado mantém sua previsão de que a reforma da Previdência só será aprovada em definitivo nas duas Casas do Congresso Nacional em meados de setembro. "Rodrigo Maia

tem compromisso com a Previdência e um domínio forte sobre a Câmara. Continuo a acreditar que aprova lá até julho e no Senado até meados de setembro. Mas precisa trabalhar", alerta.

O governo está comprometido em aprovar ainda neste semestre um novo marco regulatório do saneamento básico. Para Bezerra, são boas as chances de que isso ocorra através da Medida Provisória 868, apesar de a proposta perder a validade no dia 3 de junho, caso não seja aprovada pela Câmara e pelo Senado. "Houve um grande trabalho nos últimos dias. Durante esse final de semana haverá mais rodadas de conversa com governadores", diz.

"O espírito da MP é atrair o capital privado para universalizar o saneamento. O governo admite prorrogar os contratos-programas dos Estados, desde que esteja garantida a presença do capital privado. A discussão avançou e queremos trazer uma boa notícia na segunda, com a votação da MP", lembra, em referência ao instrumento pelo qual municípios contratam empresas estaduais para promover serviços de saneamento. Caso não seja possível aprovar a MP a tempo, o governo encaminhará um projeto de lei com "urgência urgentíssima", para aprovar até o fim de junho, relata o líder. "Seja na MP ou em projeto, teremos um novo marco regulatório do saneamento ainda no primeiro semestre", garante.

Outra medida próxima de um desfecho, afirma Bezerra, é o projeto que altera o marco legal das telecomunicações. A relatora é a senadora Daniela Ribeiro (PP-PB). Ela está se aproximando das conclusões necessárias para levarmos o projeto a votação no Senado ainda em junho". O governo, diz, é a favor de manter o texto que veio da Câmara sem alterações, o que possibilitaria seu envio à sanção presidencial. Qualquer alteração remete a proposta novamente à Câmara. "Sou a favor de aprovar como está, sem mudanças. O setor de teles representa quase 10% do PIB brasileiro e pode ensejar investimentos da ordem de R\$ 170 bilhões".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Erica Gorga

Título: Os provérbios da MP da Liberdade Econômica

A festejada Medida Provisória da Liberdade Econômica, a MP n.º 881, de 30/4/2019, é quase uma peça de marketing do governo que anuncia a salvação

do empreendedorismo nacional das amarras da perniciosa burocracia estatal. Mas como "em casa de ferreiro o espeto é de pau", depois de o próprio presidente Jair Bolsonaro interferir brusca e diretamente na política de preços da Petrobrás, provocando perda imediata de valor de R\$ 32,4 bilhões para os acionistas da empresa na bolsa de valores, eis que o mesmo presidente, por meio da MP salvadora, proclama o direito, das pessoas naturais ou jurídicas, de "não ter restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência da oferta e da demanda..." (artigo 3.º, III).

Mas não é "chover no molhado"? Isto é, tal direito de livre formação de preços já não era assegurado pelo ordenamento jurídico pátrio? Evidentemente que sim, até aqui "nada há de novo sob o sol". E não foi o presidente justamente a "autoridade" que se intrometeu na liberdade de preços reproclamada? Como "devagar se vai ao longe", a pergunta remanescente após a edição da MP pleonástica é se os "novos" dispositivos legais serão aplicáveis às intervenções governamentais na livre formação de preços no mercado, até mesmo no que tange ao cartel do frete, endossado pela equipe de governo da Escola de Chicago.

Já que "quem com ferro fere com ferro será ferido", poderá, agora, qualquer caminhoneiro se basear na MP para questionar a legalidade da tabela oficial de fretes e pleitear o direito de definir o preço que bem quiser para desempenhar sua atividade econômica? Ou o governo adotará o "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço" e continuará a defender a tabela "oficial" de preços e o pacote especial para caminhoneiros, contrariando a própria MP, que restringe o abuso do poder regulatório para evitar "criar privilégio exclusivo para determinado segmento econômico" (artigo 4.º, III)?

Nesse quesito, o setor agropecuário, fortemente prejudicado pelo cartel do frete, poderia valer-se do "escreveu não leu, o pau comeu" e pleitear isonomia em relação à categoria dos caminhoneiros? O pacote com empréstimos privilegiados a serem postos à disposição pelo BNDES é "saco vazio que não para em pé", pois não resiste às regras de liberdade econômica recém-declaradas.

Se "onde há fumaça há fogo", o pedido de Bolsonaro ao presidente do Banco do Brasil para baixar os juros praticados no mercado bancário também derrubou o preço das ações dos bancos na bolsa de valores, caracterizando mais uma desconsideração presidencial aos princípios da MP. Se a intenção do presidente do País é que empresas e empreendedores tenham acesso a financiamento a custo mais baixo, a alternativa usada internacionalmente é repensar, fortalecer e expandir o mercado de capitais nacional, absolutamente incipiente quando comparado ao de outros países em desenvolvimento.

Mas como "a pressa é inimiga da perfeição", em vez de repensar os marcos regulatórios, que desde 1976 permanecem praticamente inalterados, após várias crises e colapsos do mercado de capitais nacional, a equipe do governo resolveu simplesmente abrir as comportas para que companhias de pequeno e médio porte possam acessar mais velozmente a poupança popular. Nesse intuito, a MP autoriza a Comissão de Valores Mobiliários a dispensar as exigências usuais previstas na Lei das SAs que visam justamente à proteção da poupança popular (artigo 8.º).

Assim, perpetua-se o mercado de capitais "para inglês ver", que promove liberdade sem nenhuma responsabilidade, não obstante as massivas fraudes e os desastres corporativos recentes nas maiores companhias listadas, como nos casos da Petrobrás, da JBS, da OGX e Vale S.A., que resultaram em completa ausência de responsabilização de empresas e de administradores para reparar os prejuízos bilionários causados a acionistas, investidores e à ordem econômica e financeira. "Desgraça pouca é bobagem" e faz-se vista grossa para os grandes déficits dos fundos de aposentadoria ocasionados por investimentos fraudulentos via mercado de capitais. Em comparação, os Estados Unidos, em resposta às próprias crises de mercado, para resgatar a confiança de investidores, incentivar o empreendedorismo e promover segurança jurídica, editaram dois grandes marcos legislativos, o Sarbanes-Oxley Act, em 2002, e o Dodd-Frank Act, em 2010.

Mas "pimenta nos olhos dos outros é refresco" e as autoridades brasileiras continuam achando natural que as ações de ressarcimento de acionistas e investidores por escândalos corporativos brasileiros ocorram fora do País, onde a poupança popular goza de maior proteção. É o que demonstram inúmeras ações de indenização envolvendo companhias brasileiras e seus administradores nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Holanda e até em Cingapura, a exemplo da ação de responsabilidade por violação de deveres fiduciários de acionistas contra Joesley e Wesley Batista e outros administradores que corre no Tribunal Superior do tigre asiático (Estado, 26/4).

Aliás, não são claras a urgência e a relevância da MP, que presume a boa-fé, pretendendo "recriar a roda" jurídica, mas alija do debate democrático as mudanças na responsabilidade de sócios e administradores de empresas. Como "quem tem pressa come cru", a equipe do governo erra a mão ao conceituar o desvio de finalidade como a "utilização dolosa da pessoa jurídica" (artigo 7.º), o que contribuirá para o aumento da insegurança jurídica, por exemplo, em casos de ressarcimento de danos ambientais de grande nocividade. É a liberdade sem responsabilidade, que equivaleria a "quem semeia vento, colhe tempestade"?

DOUTORA EM DIREITO PELA USP, COM PÓS-DOUTORAMENTO NA
UNIVERSIDADE DO TEXAS, FOI PROFESSORA NAS UNIVERSIDADES DO TEXAS,

CORNELL E VANDERBILT, DIRETORA DO CENTRO DE DIREITO EMPRESARIAL DA YALE LAW SCHOOL E PESQUISADORA EM STANFORD E YALE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller Renée Pereira

Título: Venda da Braskem à Lyondell emperra e complica a situação da Odebrecht

Gigante ameaçada. Um dos pivôs da Operação Lava Jato, grupo encarava venda da petroquímica como uma espécie de ‘tábua de salvação’; acordo esfriou depois de bloqueio judicial relativo a mina em Alagoas e a suspensão de negociações da Braskem em NY

A situação do Grupo Odebrecht, um dos pivôs da Operação Lava Jato, deve ficar ainda mais complicada com os revezes que surgiram no negócio visto como a “tábua de salvação” do conglomerado: a venda da Braskem. Tida como a “joia da coroa” da Odebrecht, a petroquímica está sendo negociada com a holandesa LyondellBasell. Mas, de acordo com quatro fontes próximas à transação, que poderia trazer cerca de R\$ 20 bilhões ao grupo, as negociações esfriaram na esteira de uma série de más notícias envolvendo a Braskem. Segundo o Estado apurou, o fator número um para a reticência da Lyondell em comprar a Braskem seria a incerteza gerada pelo projeto de extração de sal-gema em Alagoas. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, o processo de obtenção da matéria-prima afetou a estrutura geológica de bairros de Maceió, causando afundamento de terrenos e rachaduras em construções na cidade.

Fonte ligada às negociações com a Lyondell classificou a situação como “um desastre”. O Ministério Público de Alagoas pediu bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da empresa. A Justiça Estadual contingenciou R\$ 100 milhões e impediu a distribuição de R\$ 2,7 bilhões aos acionistas da Braskem – o que tirou mais de R\$ 1 bilhão da holding Odebrecht em momento de dificuldade de caixa. A questão, disse fonte próxima à situação, é que a Lyondell não quer se arriscar em comprar a Braskem enquanto essa conta não for definida. O caso seguiu para a Justiça Federal. Em relação à questão da extração de sal-gema, a Braskem diz que vem “realizando uma série de estudos geológicos na região” para definir soluções para o bairro. A empresa afirma estar colaborando com as autoridades na questão. Outro fator que pesou para o esfriamento da venda foi a suspensão das negociações dos papéis da Braskem na Bolsa de Nova York (Nyse) pela não entrega do formulário 20-F de 2017.

A empresa diz que trabalha para resolver a situação, mas precisa que a consultoria PwC avalize as mudanças em processos que está tentando implementar – caso isso ocorra, ela pode voltar a ser negociada na Bolsa, e não mais no mercado secundário. Como se os obstáculos não bastassem, houve piora global no setor, o que levou a Braskem a um desempenho mais fraco do que o esperado no primeiro trimestre. Como consequência, as ações da Braskem perderam cerca de um terço de seu valor em relação ao “pico” atingido em outubro do ano passado. Ontem, o papel da companhia fechou a R\$ 42,82. Por fim, a empresa ainda enfrentou novas denúncias de desvio de dinheiro envolvendo Maurício Ferro, cunhado de Marcelo Odebrecht, quando o executivo ainda trabalhava na petroquímica.

O Ministério Público fez, em fevereiro, um aditamento a uma denúncia antiga, de envio de US\$ 8 milhões que considerou ilícitos ao exterior. A defesa de Ferro pediu a rejeição do aditamento, dizendo tratar-se de remuneração lícita. Efeitos. As complicações na venda da Braskem atingiram em cheio a Odebrecht, cuja dívida seria de R\$ 70 bilhões, sem contar débitos de Braskem e da Ocyan (negócio de soluções para o setor de óleo e gás), apurou o Estado. A Odebrecht, oficialmente, diz que a dívida é de R\$ 60 bilhões e inclui a Ocyan. Boa parte dos débitos do grupo está em fase de renegociação. Embora parte dos credores rejeite a recuperação judicial, pessoas próximas à companhia dizem que, em alguns negócios, talvez essa seja a única alternativa.

O bloqueio dos dividendos da Braskem só ampliou os problemas do grupo. A construtora OEC está reestruturando uma dívida de US\$ 3 bilhões com detentores de títulos, chamados de bondholders. As negociações estão lentas e não devem ser concluídas no curto prazo. Nesse caso, por se tratarem de investidores pulverizados, é provável que a empresa tenha de fazer uma recuperação extrajudicial. Já a Atvos (braço agroindustrial) e a Odebrecht Realizações (do setor imobiliário) são “candidatas” à recuperação judicial. A Atvos, que reestruturou sua dívida em 2016, vive a situação mais complicada. Há alguns meses, a empresa atrasou o pagamento para o fundo americano Lone Star, que entrou na Justiça e conseguiu o arresto de parte de sua produção. A dívida da empresa soma cerca de R\$ 11 bilhões.

A OR tem dívida menor, mas também não chegou a acordo com credores. Uma boa notícia para a Odebrecht nesta semana foi a venda do prédio sede da empresa, por R\$ 500 milhões, antecipada pela Coluna do Broadcast. O valor do negócio será usado com gastos do dia a dia, segundo fontes próximas a empresa. O dinheiro trouxe alívio momentâneo para a empresa, dizem fontes. Em nota, a Odebrecht afirmou que “o grupo está confiante no avanço das negociações, que são complexas, demandam tempo e, como ocorre em temas dessa natureza, estão sujeitas a interpretações ou especulações”. A Lyondell

afirmou à Bloomberg, no dia 15, que “ficaria surpresa” caso não tome decisão sobre a Braskem até o terceiro trimestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Receita reflete economia fraca

Os cofres da União receberam no mês passado R\$ 139,03 bilhões de impostos e contribuições, a maior arrecadação para um mês de abril em cinco anos, mas o governo tem fortes motivos para continuar preocupado. Com produção baixa, consumo contido e desemprego muito alto, a equipe econômica terá de batalhar duramente para manter no limite de R\$ 139 bilhões o déficit primário deste ano. O resultado primário é calculado sem os juros. A receita de abril foi 1,28% maior que a de um ano antes, descontada a inflação, mas ficou abaixo da registrada em igual mês de 2014, R\$ 140,50 bilhões a preços atualizados.

A lenta recuperação econômica é a principal explicação para o nível muito baixo da arrecadação. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em 2017 e no ano passado. As estimativas para o primeiro trimestre deste ano oscilam entre uma pequena queda e uma pequena alta em relação aos três meses finais de 2018. Os dados conhecidos até agora indicam um recuo da produção industrial, com forte impacto sobre os demais segmentos de atividade.

Em abril, o aumento da receita refletiu principalmente a evolução do Imposto de Renda das empresas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No mês, o valor dos dois tributos foi 7,25% maior que o de um ano antes. De janeiro a abril esses itens proporcionaram arrecadação 11,70% superior à dos primeiros quatro meses de 2018. Esse aumento refletiu a lucratividade das empresas no ano passado e as condições mais severas de compensação tributária. A receita foi reforçada também pelo imposto de importação e pela soma de royalties sobre o petróleo, com reflexo da alta do dólar nesses dois fatores.

Os tributos mais dependentes da produção e das vendas, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o PIS-Pasep, tiveram resultados pífios neste ano, especialmente em abril.

Os dados completos das contas federais, com o confronto de receitas e despesas, ainda será divulgado. Mas, como as despesas obrigatórias crescem

seguidamente, em especial as da Previdência, um novo balanço muito ruim é inevitável.

O quadro se complica com a expectativa de um baixo ritmo de atividade econômica até o fim do ano. O governo baixou de 2,20% para 1,60% sua projeção de crescimento do PIB em 2018. Ao mesmo tempo, a inflação esperada passou de 3,80% para 4,10%. A estimativa de expansão econômica ainda é mais otimista que a do mercado. A mediana das projeções do setor financeiro e das principais consultorias já havia caído para 1,24%. Algumas grandes instituições financeiras já reduziram para 1% a expectativa de crescimento econômico.

Diante desse quadro, especialmente complicado, neste momento, pelo desemprego de mais de 13 milhões de trabalhadores, só se pode prever muita dificuldade na gestão das contas públicas nos próximos meses. Apesar disso, o governo decidiu evitar, por enquanto, um congelamento de gastos muito maior que aquele anunciado há alguns meses.

Em março, o governo havia contingenciado R\$ 29,80 bilhões. É um procedimento normal e consiste em congelar parte das despesas previstas no Orçamento. Quando as condições melhoram, o dinheiro é liberado no todo ou em parte. Agora, apesar das dificuldades, o governo decidiu agir suavemente. Liberou R\$ 1,59 bilhão da reserva orçamentária para o Ministério da Educação e R\$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Essa reserva é incluída no Orçamento, sem destinação especificada, para ser usada em caso de emergência. Sobrou um bloqueio adicional de R\$ 2,20 bilhões.

Apesar do reforço financeiro, o Ministério da Educação continua com um bloqueio de R\$ 5,40 bilhões, decorrente do contingenciamento de março. A decisão de evitar um novo aperto resultou, segundo fontes do governo, das manifestações contra o arrocho anunciado pelo ministro da área. Essa explicação é negada oficialmente, mas, enfim, o novo aperto foi evitado - embora da maneira mais complicada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Felipe Resk **ENVIADO ESPECIAL BARÃO DE COCAIS**

Título: À espera da lama

"A gente só fica imaginando a morte", relata moradora de Barão de Cocais, onde barreira pode romper

Com a paisagem marcada por pequenas roças que surgiram em volta de uma igreja secular em Barão de Cocais, cidade a cerca de 90 km de Belo Horizonte, o vilarejo do Socorro está desenganado. "É como ter um parente muito doente, a gente fica só imaginando a morte", descreve a moradora Eliza dos Santos, de 54 anos. Embora os sítios permaneçam de pé e as plantações continuem florescendo, não há mais ninguém por lá que se beneficie das colheitas. Isso desde a madrugada de 8 de fevereiro, quando os moradores acordaram com disparo de sirenes e foram retirados às pressas por causa do risco iminente de rompimento de uma barragem vizinha. Sob mira da lama de rejeitos, o povoado ficou deserto, até o gado foi removido.

Hoje, já não existe esperança de voltar. Encravado no sopé da mina de Gongo Soco, adquirida pela Vale em 2011 e desativada em 2016, o vilarejo de Socorro deve ser o primeiro alvo se a barragem Sul Superior – que está em nível 3 de alerta, o mais crítico, desde março – romper. O lamaçal pode engolir ainda os distritos de Tabuleiro, Piteiras e Vila do Gongo, que formam a chamada zona de autossalvamento, onde não haveria sequer tempo de correr. Por isso, todos os 458 habitantes foram realojados em hotéis ou casas fora de risco, alugadas pela Vale. Deixaram para trás lavoura, animais, móveis, roupas, documentos e a própria rotina. No Socorro, Eliza era diretora da Escola Municipal Mestre Quintão, colégio rural que há 51 anos ensina crianças a ler e escrever. "A primeira sensação é de um sonho ruim, como se não tivesse acontecendo. Só depois a gente entende o risco que correu."

Por causa da barragem, a Mestre Quintão passou a funcionar no anexo de outra escola, em uma região elevada. Os 42 estudantes foram transferidos para lá – carteiras e parte dos materiais foram doados pela Vale. "Toda aula a gente tem de reservar dez minutos para falar da barragem. É o tempo que as crianças têm para desabafar", diz a professora Ana Paula Herculano, de 39 anos. "Agora os alunos estão, cada um, morando em um bairro diferente. No ano que vem, o provável é que façam matrícula na unidade mais próxima de casa. Ou seja, corre o risco de a escola não existir mais."

Terra. Na Vila do Gongo, outra área condenada, a agricultora Geralda Santos, de 79 anos, ganhou, por usucapião, o título do seu pedaço de terra na Justiça. Hoje viúva, ela criou dez filhos só com o que plantava. "Deixei milho para comer, deixei mandioca, deixei 60 cabeças de galinha. Tem um pomar de laranja, limão, jabuticaba", conta. "Tudo está lá e eu, aqui." Geralda passou a morar com parte da família em uma residência mobiliada e paga pela Vale em Barão de Cocais, mas diz não se sentir em casa. Também está com saúde debilitada e precisa usar muleta para conseguir andar. "Não consigo nem dormir, tanta saudade", diz.

Nesta semana, a apreensão na cidade aumentou, após notícia de que uma parede de contenção (talude) tem avançado 7 cm por dia. O desabamento da

estrutura é dado como certo até domingo – resta saber se será o gatilho para o rompimento da barragem Sul Superior. Pároco do Santuário São João Batista, o padre José Antonio de Oliveira, de 67 anos, diz estar cada vez mais preocupado com os fiéis em Barão de Cocais. "Na Semana Santa, muitos falaram em depressão durante a confissão", afirma. Segundo ele, medidas preventivas, como simulados de evacuação, acabam causando efeito colateral. "O pessoal fica ainda mais assustado." Construído no século 19, o santuário é de arquitetura barroca, ostenta uma escultura atribuída a Aleijadinho e está localizado em área considerada segura.

Agora, abriga também obras sacras da Igreja Nossa Senhora Mãe Augusta do Socorro. Construída em 1737, esta paróquia é a mais velha de Barão de Cocais e organiza a principal festa da cidade, que dura nove dias, em homenagem à padroeira do Socorro. Outras áreas. Na previsão da prefeitura de Barão, se romper a mina de Gongo Soco, a lama também deve seguir pelo curso do rio e percorrer cerca de 18 quilômetros e atingir outros nove bairros – 3 mil casas e 6 mil pessoas. Em alguns pontos, o cálculo é de que leito chegue a 7 metros de altura. Foi para indicar os locais com risco de inundação que a prefeitura pintou de laranja o meio-fio de ruas que podem ser atingidas. Entre elas, está a Getúlio Vargas – a principal via, apinhada de comércios –, agências bancárias, o coreto do município e o fórum.

Já os prédios da prefeitura e da Câmara, além do hospital, estariam a salvo. Nesta hipótese, a barragem despejaria 73% dos rejeitos – e não 100%, conforme foi considerado no último dam break, divulgado anteontem. "As áreas demarcadas levam em conta o pior cenário possível, do rompimento da barragem associado a uma chuva decamilenar", diz o prefeito Décio dos Santos (PV). "Infelizmente, estamos preparados para o pior." Com o laranja nas calçadas, o comércio viu o movimento despencar. "É só passar uma viatura que todo mundo sai com medo achando que a barragem estourou, inclusive a gente", diz a vendedora Carla Ferreira, de 25 anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli

Título: Programas com subsídios de R\$ 68,9 bi serão reavaliados

Estratégia da equipe econômica é reduzir incentivos de oito programas em um terço até o fim de 2022

Oito programas e ações financiadas com subsídios entrarão na mira do pente-fino que será feito ainda este ano pelo governo federal, incluindo a Zona Franca

de Manaus. A reavaliação dessas políticas, que custaram R\$ 68,9 bilhões em 2018, será conduzida pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação dos subsídios (CMAS) e ajudará na estratégia da equipe econômica de reduzir as renúncias em um terço até o fim de 2022. A reversão de benefícios tributários é considerada uma aliada importante da equipe econômica no ajuste fiscal. Hoje, os incentivos representam 20,9% da arrecadação administrada pela Receita e 4,3% do PIB. Tentativas de reduzir essas renúncias, porém, costumam enfrentar fortes resistências no Congresso, geralmente sensível ao lobby de setores interessados em receber subsídio da União.

O governo precisa do aval dos parlamentares para rever boa parte desses benefícios. O secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loterias, Alexandre Manoel, explica que o objetivo não é acabar com os subsídios, mas adequar aqueles que não trazem o retorno esperado. “Com ajuste, podemos corrigir o que não está trazendo retorno e ainda tem o ganho fiscal”, diz. Todo ano haverá uma nova lista de programas a serem avaliados. A partir de 2020, a definição dos alvos seguirá critérios que constarão no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que será encaminhado em agosto ao Congresso e formalizará a meta do governo de reduzir as renúncias. O Tribunal de Contas da União, que tem acompanhado a elaboração do PPA, também vai monitorar o cronograma de reavaliação dos subsídios.

A lista (ver ao lado) das iniciativas que serão avaliadas é a primeira agenda formal desde que o CMAS foi constituído, em novembro de 2018. Além da Zona Franca, estão na mira, entre outros, R\$ 19,2 bilhões em subsídios na conta de luz paga pela população; o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); a Lei da Informática; e a Certificação de Entidades Benéficas da Assistência Social (Cebas) na área de educação. Alguns programas da lista já foram reformulados, como o Fies, ou estão em fase de reestruturação. Mas o secretário defende que a avaliação precisa ser contínua. Outros, como a própria Zona Franca, já foram pivô de diversas quedas de braço entre governo e Congresso, onde parlamentares das regiões beneficiárias costumam se mobilizar para proteger os interesses do local.

A Zona Franca é o benefício mais caro da lista. Ela custou R\$ 25,1 bilhões em 2018, valor que pode crescer após o Supremo Tribunal Federal ter decidido estender os benefícios a empresas que comprem insumos da região. A fatura adicional é calculada em R\$ 16 bilhões. O economista Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado e ex-chefe da assessoria especial do Ministério da Fazenda, afirma que o custo fiscal da Zona Franca é muito elevado diante do retorno obtido. Ele cita um estudo da FGV que aponta um custo de R\$ 250 mil ao ano por emprego gerado, enquanto um trabalhador médio brasileiro tem um custo de R\$ 56 mil ao ano. “No limite, sairia mais barato dar o dinheiro a essas pessoas”, afirma Mendes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/05/2019****Seção: Política****Autor: TÂNIA MONTEIRO, JULIA LINDNER, ALTAMIRO SILVA JUNIOR e ARAMIS MERKI II/ Brasília****Título: Bolsonaro condena ataques a Congresso e STF nos atos**

Planalto. Presidente diz que ataques ao Judiciário e ao Legislativo na manifestação pró-governo, no domingo, "estão mais para Maduro", em referência ao líder venezuelano

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem a inclusão de pautas contra o Congresso e o Judiciário nas manifestações a seu favor marcadas para o próximo domingo. Em café com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente afirmou que estas bandeiras "estão mais para o Maduro", numa referência ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro, acusado por opositores de implantar uma ditadura no país. "Quem defende o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional está na manifestação errada", disse ele, segundo a Rádio BandNews, que estava no café. O Estado não participou do encontro.

O presidente também reiterou que não irá aos atos previstos em várias capitais do País. A mobilização de apoio ao governo foi marcada como uma resposta aos protestos contra o contingenciamento de verbas para a Educação, que levou milhares às ruas no último dia 15.

Os atos ganharam força após o próprio presidente compartilhar um texto, via WhatsApp, dizendo que o Brasil é "ingovernável" fora dos "conchavos", conforme revelou o Estado. Uma declaração de Bolsonaro, na segunda-feira, de que o "grande problema do País é a classe política" também ajudou a dar combustível para a convocação, que é capitaneada pela rede bolsonarista.

Segundo interlocutores do presidente no Palácio do Planalto, embora as manifestações sejam vistas como irreversíveis, a mudança de tom de Bolsonaro tem como objetivo desvincular o governo dos atos e evitar ruídos com os demais Poderes, colocando em risco sua governabilidade.

O presidente, inclusive, tem desestimulado auxiliares a participarem das manifestações. Segundo o Estado apurou, até mesmo o filho Carlos Bolsonaro, o mais ativo nas redes sociais, tem dito que não vai às ruas no domingo em apoio ao governo do pai.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, defendeu as manifestações, mas repetiu que não se trata de atos organizados pelo governo. "Essa é uma manifestação da sociedade. Ela será apenas acompanhada e respeitada pelo governo. É da mesma maneira com as que podem ser favoráveis ou contrárias (ao governo). O que cabe a quem está no governo é ter equilíbrio, serenidade, respeito, porque é a cidadania se manifestando", disse o ministro, em entrevista à Rádio Gaúcha.

Questionado sobre a inclusão de ataques ao Congresso e ao Judiciário como foco da mobilização, Onyx disse que não é uma pauta do governo. "Não sei (quais são as reivindicações). Não fomos nós que organizamos, não fomos nós que chamamos", afirmou o chefe da Casa Civil, responsável pela articulação do governo com o Congresso.

O Planalto não arrisca estimar o tamanho que as manifestações terão no domingo, mas a avaliação no governo é de que um eventual fracasso pode ser encarado como uma falta de apoio popular a Bolsonaro. Há ainda uma percepção de que a aprovação na Câmara da medida provisória que reduziu o número de ministérios de 29 para 22 arrefeceu o movimento.

Conforme mostrou o Estado na quarta-feira, uma análise feita pelo WhatsApp Monitor, ferramenta de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - que acompanha 350 grupos públicos do aplicativo -, indica que as mensagens favoráveis ao presidente com convocações para os atos começaram a se destacar entre as mais compartilhadas no dia 16 último, logo após os protestos pelos cortes na Educação.

Nas redes sociais, é possível identificar convocações para atos em ao menos 296 cidades brasileiras. Estão registradas também mobilizações em nove municípios no exterior, com destaque aos Estados Unidos, com cinco localidades.

Os principais grupos à frente dos atos do próximo domingo são Avança Brasil, Consciência Patriótica, Direita São Paulo e Movimento Brasil Conservador. Além deles, dezenas de outros grupos menores atuam nas redes sociais. A esses movimentos, articulados majoritariamente pelo WhatsApp, se soma uma rede de influenciadores digitais alinhados com o clã Bolsonaro e com o chamado "núcleo ideológico" do governo.

Os atos, porém, têm sido alvo de críticas de aliados e potenciais aliados do Planalto. Ontem, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), voltou a classificar as manifestações como "totalmente desnecessárias". "O Brasil já foi às ruas, o Brasil já votou, já elegeu, não tem que voltar às ruas neste momento." Para Doria, o País precisa de "paz, harmonia e entendimento" do povo e dos poderes. "Não precisamos de rua para confrontar nada, é perda de tempo.

Vamos concentrar energia aprovando a reforma da Previdência", afirmou o governador tucano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA exigem fim de todos os voos para a Venezuela

Washington planeja punir empresas que venderem combustível de aviação

LONDRES

Os EUA ameaçaram impor sanções contra as principais empresas estrangeiras fornecedoras de combustível de aviação se elas não deixarem de negociar com o governo da Venezuela, segundo fontes do setor, aumentando ainda mais a pressão para isolar o governo de Nicolás Maduro. De acordo com essas fontes, funcionários do Departamento de Estado conversaram por telefone com empresas com sede na Suíça e no Reino Unido para implementar a medida e limitar ainda mais os voos comerciais para a Venezuela.

"Continuamos em contato com empresas do setor de energia sobre os possíveis riscos que enfrentam ao realizar negócios com a PDVSA", disse um funcionário do Departamento de Estado, ao referir-se à companhia estatal de petróleo da Venezuela. A pressão, parte dos esforços de Washington para tirar Maduro do poder, ocorre após o pedido do governo de Donald Trump, em março, para que os fornecedores globais e refinarias de petróleo reduzissem o comércio com a Venezuela, também sob o risco de sofrerem sanções. Mais de 50 países apoiam o líder opositor Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino da Venezuela, e seu esforço para mudar o regime.

Mas, nas últimas semanas, as iniciativas de Guaidó estagnaram, enquanto o colapso econômico se agrava. Autoridades americanas tentam acabar com fornecimento de gasolina e de produtos refinados usados para diluir o petróleo produzido na Venezuela para torná-lo adequado para exportação. As fontes disseram, no entanto, que os EUA ainda consideram o comércio de diesel com a Venezuela legal por razões humanitárias. À medida que os EUA elevam sua produção de petróleo e gás natural, Trump tem usado cada vez mais sua influência no setor energético em seus esforços de política externa. Em março, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, apresentou um plano para os EUA trabalharem com empresas de energia para isolar Irã e Venezuela.

Há décadas a economia venezuelana depende do petróleo, que antes das sanções representava mais de 90% das receitas de exportação do país. Em razão

da crise, poucas empresas mantêm voos regulares para a Venezuela. Na América Latina, a única é Copa Airlines, com opções partindo da Cidade do Panamá para os aeroportos de Caracas, Maracaibo e Valência. Para viajantes europeus, restam as companhias AirEuropa, Iberia, Air France e TAP. / REUTERS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras questiona sindicato sobre preço do gás de cozinha

A Petrobras questionou nesta quinta (23) o Sindigás (sindicato que representa as distribuidoras de gás de botijão) sobre preços do gás de cozinha vendido no país, negando que venda o produto para uso residencial a valores acima de cotações internacionais.

A polêmica evidencia divergências sobre a melhor referência de preços do GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) para o Brasil. Enquanto a Petrobras precifica o produto pelo mercado europeu, ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e distribuidoras usam o americano.

Na quarta (22), o Sindigás afirmou que a empresa vem vendendo o gás destinado a botijões de 13 kg a valores superiores aos internacionais desde novembro, quando reajustou em 8,5% o produto.

A Petrobras diz que “o preço praticado na venda de GLP não está acima de seu preço de paridade de importação” e que a política de preços considera a média das cotações no mercado europeu, acrescida de margem de 5%, levando em conta frete de importação e custos de internação do produto.

Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, defende que o governo fomente a competição na oferta de gás de cozinha para o produto ser vendido a “preço justo”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant

Título: Arrecadação bate recorde em abril, mas indica retração

Empresas ampliam uso de crédito tributário para compensar caixa apertado

Após ficar praticamente estável em março, a arrecadação federal teve aumento real de 1,28% em abril e somou R\$ 139,03 bilhões, o melhor resultado desde 2014, quando totalizou R\$ 140,5 bilhões, informou a Receita Federal nesta quinta-feira (23).

No acumulado do ano, a alta é de 1,14%, para R\$ 524,4 bilhões; em 12 meses, o avanço é de 2,32%, a R\$ 1,484 trilhão.

Segundo a Receita, houve alta de 7,25% da arrecadação do Imposto de Renda pago por empresas e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). No acumulado do ano, o recolhimento de ambos cresceu 11,7%.

A recuperação, no entanto, é ofuscada por sinais de retração na economia.

Segundo Claudemir Malaquias, chefe do centro de estudos tributários e aduaneiros, ao se analisar os indicadores macroeconômicos, já é possível identificar uma sinalização negativa. “As empresas estão sendo afetadas por fluxo de caixa apertado e lançando mão dos créditos tributários para pagamento dos tributos”, afirmou.

Parte do resultado positivo no início de 2019 ainda reflete a recuperação sentida no final de 2018.

Malaquias afirma que abril acumula a arrecadação do primeiro trimestre do ano em relação a Imposto de Renda e CSLL, que têm um efeito apurado ao longo de 2018.

Os valores recolhidos como IR vieram muito acima do verificado no ano anterior, refletindo melhora do desempenho das empresas, indica. “Como parte desse imposto é recolhido em 2019, há uma espécie de efeito de arrasto.”

Também houve melhora nas compensações tributárias, que são maneiras que uma empresa tem de compensar um crédito com a Receita com eventual dívida que também possua com o Fisco.

Em abril, houve crescimento de 35,7% na comparação anual, para R\$ 8,97 bilhões. O aumento ocorreu pela compensação de créditos não previdenciários com dívidas previdenciárias.

A melhora na base anual no mês foi decorrente principalmente do crescimento de 11,34% no valor em dólar das importações e do aumento de 6,33% da massa salarial nominal (sem correção inflacionária). Outros fatores, porém, decepcionaram.

A produção industrial registrou recuo de 6,14% na comparação anual. A venda de bens caiu 3,4% e a de serviços, 2,3%.

O desempenho econômico aquém do esperado tem frustrado as expectativas de receita do governo e provocou, em março, contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões que atingiu diversos órgãos do Executivo.

Na quarta (22), o governo revisou novamente as projeções econômicas, mas decidiu usar reservas para não ter de anunciar novo bloqueio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Katna Baran

Título: Bolsonaro diz que liberará usina em até 90 dias

No Paraná, presidente diz ser absurdo prazo de licença para construção de pequena central hidrelétrica demorar 10 anos

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou nesta quinta-feira (23) que deve diminuir para dois ou três meses o prazo de liberação para licenças ambientais para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

“Até ano passado levava em média dez anos para uma licença, é um absurdo isso aí [...]. Em dois ou três meses, é mais do que o suficiente para você liberar quem por ventura queira construir uma PCH na sua região”, declarou.

Bolsonaro participaria da inauguração da Usina Baixo Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Paraná. Entretanto, devido ao mau tempo na região, ele desembarcou de avião presidencial em Cascavel, a cerca de 100 km do local, e não conseguiu seguir de helicóptero até o local da obra.

No aeroporto de Cascavel, o presidente declarou ainda que, até então, pouco foi investido em energia no Brasil, apesar de admitir que a obra do Baixo Iguaçu é um projeto de governos anteriores.

“Há poucos anos, tivemos crise, pouco investimos na geração de energia [...]. [Essa] não é obra do nosso governo, vem lá de trás. Nós temos um projeto para outras fontes alternativas de energia, como eólica, solar, entre tantas outras”, disse.

Em imagens gravadas pela CATVE, da cidade de Cascavel, Jair Bolsonaro aparece cumprimentando pessoas que o aguardavam no aeroporto da cidade. “Nós

vamos mudar o Brasil! O apoio de vocês é muito importante, emocionante”, declarou o presidente, com a voz embargada.

As obras da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu começaram no ano de 2013, ainda no primeiro governo de Dilma Rousseff (PT). O processo licitatório, no entanto, demorou mais de dez anos para sair do papel, devido a entraves políticos, burocráticos e ambientais. O empreendimento está operando atualmente com as três unidades geradoras de energia.

A usina recebeu R\$ 2,3 bilhões em investimentos e conta com três grupos geradores que somam 350,2 megawatts (MW) de potência instalada, o suficiente para atender a cerca de 1 milhão de pessoas.

A Copel (Companhia Paranaense de Energia) detém 30% do investimento na usina, e o Grupo Neoenergia, consórcio formado por um grupo espanhol e o fundo de pensão do Banco do Brasil, os outros 70%

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Grato

Painel

No dia seguinte à mobilização pró-Bolsonaro, o governo vai contemplar categoria que atua para inflar os atos, os caminhoneiros. Na segunda (27), a declaração eletrônica que amplia o controle do piso do frete entra em teste no ES.

Estica e puxa

Parlamentares tentam convencer a equipe econômica a usar o Rindo de Participação dos Estados como principal critério de divisão das verbas da exploração do petróleo, o chamado fundo social. Querem que dois terços dos recursos sejam partilhados dessa maneira.

Cobertor curto

A repartição foi prometida aos governadores por Paulo Guedes, mas o critério ainda está em debate. A equipe econômica quer usar parte da verba para ressarcir os estados exportadores atendidos pela Lei Kandir.

Cobertor curto 2

Parlamentares lembraram o governo de que o FPE atende prioritariamente Norte, Nordeste e Centro-Oeste — regiões que podem render votos no Congresso. A expectativa é que sejam distribuídos R\$ 6 bilhões.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Eletriza

Painel S.A.

.Companhias privadas respondem por 77% da distribuição energética no Brasil, ante a participação de 61% em 2017. Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta, também, que 57% da energia provém do setor privado.

Luz

Os leilões de energia dos próximos meses devem aumentar ainda mais a participação no setor, segundo a entidade.

Greve

As federações de petroleiros FUP e FNP, que representam 18 sindicatos, já cogitam cruzar os braços após o fim das assembleias que votarão o acordo coletivo. A reunião de quarta (22) acabou sem consenso. Entre os pleitos, reposição da inflação no salário e manutenção de horas extras.

Esqueceram de mim

Durante a explicação sobre o novo pacote de benefícios — que inclui “simplificação” e não “isenção fiscal”, como insistiu o governador — foram contemplados 11 setores da indústria. No início do mês, a previsão era de 10.

Esqueceram de mim 2

Depois de mais estudos, um dos polos foi dividido em dois. O setor de biocombustíveis, cujas indústrias estão em Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, foi separado do petroquímico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 24/05/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Júlia Barbon****Título: Com bloqueios, nova reitora da UFRJ prevê cortes em serviços**

Rio de Janeiro- Prestes a se tornar a primeira reitora mulher da UFRJ em quase cem anos, a médica Denise Pires Carvalho, 54, promete gerir a universidade com diálogo e, ao mesmo tempo, pragmatismo. "Mas vou ter que fazer terapia para não me frustrar, porque na gestão pública as coisas demoram", brinca ela.

O primeiro motivo de frustração pode estar perto. Eleita em abril pela comunidade acadêmica, Denise já estuda cortes nos serviços de limpeza e segurança para contornar os bloqueios de até 41% no orçamento de manutenção feitos pelo Ministério da Educação.

"No momento a questão orçamentária será o principal desafio: como manter o restaurante universitário aberto, contas de água e luz pagas? Temos mais de 1.200 laboratórios e 9 unidades hospitalares que precisam funcionar 24 horas", diz.

Ela, porém, evita falar sobre o tema antes de ser nomeada formalmente e assumir o lugar do antecessor, Roberto Leher, em 2 de julho. O presidente Jair Bolsonaro prometeu que o faria na segunda (20), mas até agora a decisão não foi publicada no Diário Oficial da União nem há previsão para tal.

"Tomei conhecimento a respeito dela pela lista tríplice, bem como por amigos mais chegados. É a pessoa adequada para estar à frente da UFRJ", discursou Bolsonaro em um evento no Rio, completando que, com a escolha de uma mulher, poderia ser chamado de "homemfóbico".

Aguardando a nomeação "com bastante prudência", a nova reitora diz que faria cortes em segurança e limpeza mesmo sem o bloqueio recente, porque já vinha ocorrendo um contingenciamento de verbas federais desde 2014.

Segundo a atual gestão — cujo controle de gastos Carvalho critica —, o orçamento, que era de R\$ 582 milhões naquele ano, caiu para R\$ 361 milhões em 2019, em valores corrigidos. A médica herdará uma UFRJ com déficit de cerca de R\$ 170 milhões.

Mesmo com as contas no vermelho, ela diz que a prioridade da administração, até o meio de 2022, será diminuir a evasão de alunos. "Faremos um diagnóstico: quais cursos têm maior evasão? Os estudantes saem porque não gostaram? Devemos aumentar a mobilidade entre cursos?" Carvalho também assumirá a

reconstrução do Museu Nacional, consumido por um incêndio em setembro de 2018, que passa pela elaboração de um novo projeto. Enquanto isso, o diretor do museu, Alexander Kellner, reclama de falta de dinheiro para abusca de peças sob os escombros.

O museu foi um dos temas debatidos pela reitora eleita com membros do MEC em reunião na quarta (22) em Brasília. Na pauta também estava a internacionalização da universidade, que ela pretende ampliar, assim como parcerias com empresas privadas.

Denise Carvalho fez toda a carreira na UFRJ, se aprofundando na área de endocrinologia. Coursou graduação (medicina), mestrado (biofísica), doutorado (biofísica) e especialização (medicina interna) na universidade. Também fez pós-doutorado em Paris, em 1995, e em Nápoles, em 2006.

Hoje é pesquisadora e professora titular do Instituto de Biofísica — do qual já foi a primeira diretora mulher — e dá aulas para a graduação e a pós. Ocupou outros cargos de chefia na UFRJ até chegar a coordenadora acadêmica da pró-reitoria de graduação.

Carvalho é descrita por amigos como competente, compromissada e acessível. "Ela sempre foi uma aluna exemplar. E mesmo com todo o reconhecimento e inserção na pesquisa, nunca deixou de dar aula na graduação", elogia o diretor de medicina da UFRJ, Roberto Medronho.

Atividades como bancas, palestras e congressos foram abolidas da agenda, mas a sala de aula vai permanecer. Ela já chegou a lecionar para a filha mais nova no curso de medicina — a jovem se forma neste ano. A mais velha também fez graduação na UFRJ, em ecologia, e mora no exterior.

Foi a segunda vez que Denise Carvalho se candidatou à vaga de reitora, sempre na oposição. Ela e seu vice, o professor de economia Carlos Frederico Rocha, foram eleitos pela comunidade acadêmica no primeiro turno, com 26% dos votos, considerando o sistema de ponderação.

Eles venceram duas outras chapas, lideradas por Roberto Bartholo Junior e João Felipe Mathias, ambos da Coppe (instituto de engenharia).

Depois, Carvalho foi escolhida por 82 dos 90 votantes do Colégio Eleitoral da UFRJ para aparecer em primeiro lugar na lista tríplice enviada a Bolsonaro. A confirmação da indicação acadêmica para a reitoria não é obrigação legal, mas é tradição.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/05/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: "Operação Delaware"**

O TCE decidiu multar Sérgio Cabral (R\$ 150 mil) e Pezão (R\$ 102 mil), ambos presos, e também o ex-presidente do Rioprevidência Gustavo Barbosa (R\$ 85 mil) por irregularidades na gestão do instituto. Uma auditoria constatou rombo inicial de R\$ 5,2 bilhões na antecipação de royalties do petróleo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/05/2019****Seção: Economia****Autor: ANA PAULA RIBEIRO****Título: Guedes diz que reforma da Previdência deve ser aprovada em 60 dias**

SÃO PAULO- O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a reforma da Previdência poderá ser aprovada em 60 dias. Além do otimismo com a tramitação da proposta, disse que os impostos no Brasil serão simplificados e, depois, reduzidos.

— Acreditamos que será aprovada (a reforma da Previdência) em 60 dias. O Senado fez uma comissão para acompanhar junto. Vamos ter uma surpresa positiva, ao contrário desse pessimismo que vemos por aí. A classe política está à altura da responsabilidade que o momento exige. Acho que em 60 ou 90 dias vamos ter isso aprovado e entrar em uma agenda positiva — disse Guedes, em evento da Federação das Associações Comerciais de São Paulo (Facesp).

Quanto à simplificação dos impostos, o ministro minimizou o fato de a Câmara dos Deputados ter dado início à tramitação da reforma tributária. Segundo ele, com o avanço das discussões, haverá uma convergência das propostas.

Guedes defendeu ainda um choque de energia barata, lembrando que o gás no Brasil custa em torno de US\$ 12 e, na Europa, em que não há reservas, US\$ 7:

— Esse choque virá da quebra de dois monopólios. Primeiro, da Petrobras. Já estamos falando disso com o **Ministério de Minas e energia** para quebrar o monopólio da exploração e, depois da distribuição. Hoje as distribuidoras dos estados têm o monopólio.

MME / ASCOM .